

Assembleia

25 OUT 1980

Constituinte e medo

Brasília

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte parece inevitável, a curto ou médio prazo, no governo do general João Batista Figueiredo. Não logo se supere o único obstáculo que se lhe antepõe: o medo.

Os adversários da Constituinte podem ameaçar pegar em armas, por entenderem que essa é a melhor forma de impedir perturbações no processo de normalização institucional e de ajudar o presidente da República a conter seus opositores.

A verdade, porém, é que o próprio governo está convencido de que o caminho da normalidade democrática passa pela Constituinte e não será o fato de que algumas pessoas não percebam isso que mudará a essência das coisas. Para os que não aceitam a idéia, restará o consolo de terem procurado, até o fim, conservar-se leais às diretrizes políticas emanadas do governo, que ainda não admite oficialmente a Constituinte, ou a desculpa de se haverem dedicado a outras questões prioritárias, como a crise econômica e social.

A Constituinte não ampliará a oferta de empregos e de feijão, mas, como deverá eliminar os últimos vestígios do arbítrio, poderá permitir a reorganização do País, em termos político-jurídicos. Isso facilitará, depois, a procura de soluções de consenso para os problemas que agora são equacionados unilateralmente, de modo a agravar as tensões sociais.

Os principais adversários da Constituinte, ligados ao sistema, combatem-na porque temem a campanha que se desenvolverá, quando de sua concretização. Na raiz desses temores está o fantasma de um possível retrocesso institucional. O presidente do Partido Popular, senador Tancredo Neves, entende as restrições que ainda perduram, no governo, quanto à idéia, pois também partilha da impressão de que a campanha para eleger constituintes pode gerar radicalizações.

Reconhece ele, no entanto, que tivemos um movimento modelar em favor da anistia. No começo, o governo e seus esquemas de sustentação opunham-se àquela medida, por acreditarem que os inimigos políticos, uma vez anistiados, pudessem desencadear uma onda incontável de revanchismo. A bandeira levantada pelas oposições, nesse caso, acabou sendo sustentada por toda a sociedade, sem ódios, e se viu, depois, que os temores governamentais não procediam.

Para Tancredo, a conotação sentimental da anistia talvez haja contido os arroubos desnecessários em torno da matéria. Esse não seria o caso da Constituinte, que só em escassa parcela — a necessidade de reconciliar o País consigo mesmo — envolve sentimentos, pois estão em causa temas controversos e apaixonantes, como a propriedade do solo, as multinacionais e outros.

Ninguém acredita, porém, que a eventual exaltação nos debates coloque o País sob controle de grupos minoritários. O senador Tancredo Neves recela apenas que erros na condução do processo transformem a Constituinte, remédio indispensável aos males institucionais do País, em veneno da democracia.

Com o tempo, o medo de um impasse resultante da omissão deverá ser maior do que o temor provocado pela ação em busca de saídas para a crise brasileira, tanto mais que a idéia da Constituinte é aceita por homens insuspeitos, como o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, que a condiciona apenas à vontade do general Figueiredo. R.A.L.

FOLHA DE SÃO PAULO